

ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE – UNIPACE

ANÁLISE DO IMPACTO SOCIOECONÔMICO DO PROGRAMA ‘A CAMINHO DO TRABALHO’ NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE, CEARÁ

José Ronialisson Cunha Nobre¹

Herbenio de Souza Bezerra²

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar o impacto socioeconômico do programa social “A Caminho do Trabalho” no município de São Gonçalo do Amarante (CE). O estudo apresenta os conceitos de monitoramento e avaliação de programas sociais, fundamentando-se na literatura da área e em experiências relacionadas à produção de informações e conhecimentos que subsidiam a gestão cotidiana de políticas e programas sociais. A metodologia adotada consistiu em pesquisa exploratória, quanto à natureza, e documental, quanto aos meios. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica em bases como *Web of Science* e *Scopus*, utilizando critérios de inclusão e exclusão para selecionar estudos considerados relevantes. Os resultados revelaram que a maioria das críticas ao Programa “A Caminho do Trabalho” não se refere ao seu impacto, mas a sua estrutura e à eficiência da administração governamental. Entre as consequências negativas apontadas nas críticas, destacaram-se as relacionadas ao mercado de trabalho e à violência doméstica. Na conclusão, o artigo propõe um arcabouço destinado a estruturar planos para o desenvolvimento de ferramentas de monitoramento de programas sociais e estudos de avaliação, de modo a possibilitar a análise sistêmica de políticas sociais que integrem esses programas ao longo do tempo.

Palavras-chave: Programa "A caminho do trabalho" - São Gonçalo do Amarante (CE); políticas públicas; programas sociais; assistência social.

1 INTRODUÇÃO

A avaliação de programas e serviços sociais constitui etapa do ciclo de desenvolvimento das políticas públicas, na perspectiva da gestão e do planejamento das atividades. Essa avaliação é compreendida como parte do processo de formulação e implementação das políticas públicas e está intimamente associada à

¹ Aluno: José Ronialisson Cunha Nobre; Bacharel em Ciências contábeis pela Faculdade Católica Rainha do Sertão; ronicunha.nobre@gmail.com.

² Orientador: Herbenio de Souza Bezerra; Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Ceará; herbe.biblio@gmail.com.

ideia de que o Estado, no exercício de seu papel regulador e interventor na sociedade, assegura a qualidade dos serviços prestados por meio de suas ações ou omissões (Hillesheim; Garcia, 2019).

A difusão da avaliação da política social no Brasil está, em grande parte, relacionada à necessidade de monitorar os investimentos realizados por doadores e organizações internacionais (Yazbek, 2021). Nos últimos anos, observaram-se avanços significativos no campo da avaliação de programas e serviços sociais, contribuindo para a institucionalização dessas ações, especialmente no âmbito da assistência social, por meio de diversos instrumentos legislativos.

Considerando os diferentes vetores que influenciam o desenvolvimento da avaliação de iniciativas sociais no Brasil, caracterizar a produção desse tipo de processo no país possibilita identificar seus resultados (Tessarro; Querol; Almeida, 2022). Assim, questiona-se: quais os impactos socioeconômicos do programa social “A Caminho do Trabalho no município” de São Gonçalo do Amarante, Ceará?

O presente estudo tem como objetivo avaliar o impacto socioeconômico do programa “A Caminho do Trabalho” no desenvolvimento econômico de São Gonçalo do Amarante, com atenção especial à inclusão social e à empregabilidade nos anos de 2023 e 2024. Trata-se de estudo exploratório sobre a avaliação socioeconômica e sua relevância para o acesso ao direito ao apoio social.

Como objetivos específicos, busca-se:

- a) analisar a efetividade operacional do programa, identificando o número de beneficiários atendidos;
- b) avaliar os impactos socioeconômicos do programa sobre seus beneficiários;
- c) identificar fragilidades estruturais, examinando suas limitações;
- d) descrever o processo de avaliação socioeconômica feito com base nos documentos examinados.

Este estudo justifica-se por sistematizar conceitos, enquadramentos e práticas presentes no processo de avaliação socioeconômica e na perspectiva dos profissionais envolvidos em procedimentos que apoiam diretamente a gestão cotidiana das políticas e programas sociais. Tal perspectiva pode auxiliar a pesquisa acadêmica ao atender a necessidades específicas de informação e de conhecimentos multidisciplinares essenciais à gestão de políticas e programas sociais.

2 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas consistem em diretrizes institucionalizadas que orientam ações do Estado com o objetivo de promover benefícios e reduzir desigualdades para a população em geral. Seu processo inicia-se no reconhecimento de um problema e se estende até sua resolução. Segundo Secchi (2016), as etapas incluem: diagnóstico da situação, elaboração de propostas, execução, acompanhamento e, por fim, avaliação dos resultados obtidos. Tal concepção reforça que as políticas públicas não são programas isolados, mas um conjunto organizado de ações que funcionam de maneira coordenada.

O desenvolvimento econômico e as políticas públicas são fundamentais para o bem-estar de uma nação e para o avanço das condições de vida dos cidadãos. Ambos impulsionam a criação de empregos, aumentam a renda das famílias e ampliam o acesso a bens e serviços essenciais, como saúde, educação e moradia, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida (Vilhena, 2019).

O aumento do número de pessoas empregadas e com renda estável implica na diminuição da desigualdade social. Assim, o desenvolvimento econômico estimula a inovação e a competitividade, uma vez que as empresas buscam novas formas de se destacar no mercado, promovendo avanços tecnológicos e melhorias na eficiência produtiva. Nessa perspectiva, a avaliação de programas de desenvolvimento econômico e social torna-se indispensável (Vuala *et al.*, 2023).

A avaliação trata-se de um processo complexo que exige análises envolvendo diversos indicadores e a consideração das múltiplas dimensões que compõem a realidade social do trabalhador. A realização da avaliação permite identificar desafios e oportunidades, por meio dos quais se tornam necessárias estratégias para otimizar a implementação de programas e políticas públicas, a fim de maximizar seus resultados (Vilhena, 2019).

Segundo Dutra (2021), a literatura apresenta vasta gama de definições sobre a avaliação de programas de desenvolvimento econômico e social, cada qual relacionada a diferentes modelos conceituais, paradigmas teóricos e direções de investigação, de acordo com a especialidade dos autores. Dessa forma, o assunto é tratado em diferentes áreas, como Ciências Políticas, Ciências Sociais e Economia.

Essa diversidade de enfoques também se reflete na prática da administração pública, independentemente de sua esfera.

A avaliação é vista como parte integrante da análise de políticas públicas e como ferramenta dos sistemas de monitoramento e avaliação de programas governamentais. Em sentido estrito, constitui tipo específico de exame empírico de programas e projetos sociais, entre os quais se incluem a avaliação de impacto experimental e a quase experimental (Hillesheim; Garcia, 2019).

Sob perspectiva pragmática e aplicada, a avaliação corresponde a um conjunto de procedimentos técnicos de obtenção de informações e conhecimentos em abordagem interdisciplinar, necessários ao planejamento, à implementação e à pós-validação de programas e projetos sociais, utilizando diferentes métodos de investigação social (Vuala *et al.*, 2023). Ao alcançar seus objetivos, torna-se evidente o impacto positivo dessas iniciativas em outras áreas da vida social, contribuindo para benefícios coletivos (Pedroso; Gisi, 2020).

Avaliar não se limita a um estudo analítico fundamentado em métodos cientificamente validados. Envolve um levantamento consistente, sistemático e replicável de dados, informações e conhecimentos, com o objetivo de aprimorar a intervenção no programa. Assim, busca-se obter informações sobre todos os aspectos da iniciativa, como: características do ambiente de implementação, grupos-alvo, desenho, métodos de execução, custos operacionais, resultados de curto prazo, impacto social e efeitos de longo prazo (Hillesheim; Garcia, 2019).

O objetivo da avaliação é fornecer evidências, coletar dados e organizar estudos que contribuam para o aprimoramento de programas sociais e o alcance de seus objetivos. Segundo Yazbek (2021), a definição da avaliação de programas também aponta para a necessidade de uma abordagem interdisciplinar que reúna informações e conhecimentos sobre as questões investigadas.

Essas questões constituem problemas sociais multifacetados, determinados por dimensões amplas e estruturais relacionadas à ineficiência dos programas estatais destinados ao seu enfrentamento (Santos; Pereira; Diniz, 2020). Tais desafios evidenciam a necessidade de programas eficazes, que integrem diversos componentes e processos para o alcance dos resultados esperados. Nesse sentido, os programas envolvem o recrutamento de profissionais, a disponibilização de instalações, o ajustamento de instituições públicas, a alocação de recursos

financeiros e o desenvolvimento de ações formativas coordenadas no tempo e no espaço (Tessarro; Querol; Almeida, 2022).

A compreensão das dimensões sociais relevantes para a formulação do programa e dos problemas operacionais requer uma equipe de avaliadores com diferentes formações acadêmicas e profissionais. Além de especialistas científicos nas áreas investigadas, as equipes de avaliação devem incluir profissionais com experiência na gestão de programas (Lubenow, 2020). Os manuais clássicos de avaliação definem critérios-chave, entre os quais destacam-se: eficiência na utilização dos recursos, eficácia no cumprimento dos objetivos e efetividade da mudança social provocada pelo programa. Assim, as características de um bom programa social consistem em eficiência e efetividade (Sulaiman; Moura; Nogueira, 2021).

Os critérios que envolvem eficácia e efetividade são amplamente utilizados e indicam interesse em avaliações de satisfação, resultados e impacto (Hillesheim; Garcia, 2019). A implementação de programas de desenvolvimento econômico e social visa gerar impactos positivos tanto no crescimento econômico quanto na melhoria das condições de vida da população. Indicadores como Produto Interno Bruto *per capita*, taxa de emprego, níveis educacionais, acesso à saúde e qualidade de vida são utilizados para avaliar o sucesso dessas iniciativas. A análise desses indicadores ajuda a identificar áreas de progresso e pontos que requerem maior atenção e investimento (Vuala *et al.*, 2023).

A implementação de programas de desenvolvimento enfrenta desafios operacionais e estruturais. A infraestrutura inadequada, a falta de recursos financeiros e a resistência cultural figuram entre os entraves (Sulaiman; Moura; Nogueira, 2021). Além disso, a burocracia e a complexidade na coordenação entre diferentes níveis de governo e setores da sociedade podem dificultar a execução eficaz das ações. De acordo com Yazbek (2021), superar esses desafios requer abordagem integrada, colaboração entre as partes interessadas e gestão eficiente dos recursos.

A análise da relação custo-benefício é essencial para justificar os investimentos realizados. Ela envolve a comparação entre os custos diretos e indiretos da implementação e os benefícios econômicos e sociais obtidos, incluindo aumento da produtividade, melhoria da qualidade de vida, redução da pobreza e promoção da inclusão social (Dutra, 2021). A mensuração precisa desses aspectos permite avaliar o retorno sobre o investimento e identificar necessidades de ajustes e melhorias.

Avaliar a eficiência das rotas e itinerários de um programa é fundamental para garantir que as necessidades de mobilidade dos beneficiários sejam atendidas. Isso implica analisar acessibilidade e conectividade, identificando gargalos e oportunidades de otimização (Lubenow, 2020).

O mapeamento detalhado auxilia na identificação de áreas não atendidas e no planejamento de expansões que possam beneficiar maior número de pessoas, aumentando a inclusão e o acesso a serviços essenciais (Vilhena, 2019). Com base nos resultados, é possível propor estratégias de melhoria e expansão dos programas, que incluem a modernização da infraestrutura, a adoção de tecnologias inovadoras para otimização de processos e o fortalecimento de parcerias público-privadas, ampliando o alcance e a eficiência das ações (Sulaiman; Moura; Nogueira, 2021).

A implementação de mecanismos de feedback contínuo dos beneficiários e a flexibilização das políticas, de modo a se ajustarem às mudanças das necessidades sociais, também figuram como elementos essenciais para maximizar o impacto social e econômico da iniciativa.

O desenvolvimento econômico e as políticas públicas são interdependentes e complementares. Enquanto o primeiro cria as bases para o crescimento e a melhoria das condições de vida, as segundas asseguram que os benefícios desse processo sejam distribuídos de maneira justa e equitativa, promovendo inclusão social e desenvolvimento sustentável. Juntas, essas dimensões constituem o alicerce para uma sociedade próspera e resiliente. Assim, apresentamos as noções de políticas públicas e desenvolvimento econômico e como ambas fundamentaram a elaboração do presente estudo, organizado em etapas sucessivas destinadas a garantir o cumprimento dos objetivos propostos.

3 METODOLOGIA

A metodologia consiste em um conjunto de procedimentos que favorecem a obtenção de dados para posteriores avaliação e análise dos resultados, envolvendo as técnicas aplicadas para coleta e tratamento dos dados e das informações que surgem a partir deles, garantindo que os resultados sejam confiáveis e respondam às questões que orientam a pesquisa. Segundo Gil (2017), para a realização de uma pesquisa torna-se necessária organização lógica e consistente que possibilite a produção de conhecimento verificável.

3.1 Abordagem Metodológica

A abordagem metodológica baseou-se em pesquisa exploratória, quanto à natureza, e documental, quanto aos meios, para avaliar o impacto socioeconômico do programa “A Caminho do Trabalho” no desenvolvimento econômico local de São Gonçalo do Amarante. Também foi realizada pesquisa bibliográfica, privilegiando as fontes mais recentes e permitindo uma compreensão abrangente e atual das políticas públicas implementadas no país.

O programa A Caminho do Trabalho é iniciativa da prefeitura de São Gonçalo do Amarante, Ceará, que tem como objetivo favorecer trabalhadores no deslocamento até seus locais de trabalho dentro da região atendendo, prioritariamente, a pessoas que não dispõem de condições financeiras para custear o transporte diário. A prefeitura estabeleceu parcerias com empresas para disponibilizar ônibus gratuitos e ampliar rotas, contribuindo para o aumento do número de pessoas inseridas no mercado de trabalho.

A pesquisa bibliográfica foi realizada nas bases *Web of Science (WoS)* e *Scopus*, utilizando as palavras-chave “impacto socioeconômico”, “qualificação profissional”, “políticas públicas” e “desenvolvimento local”.

A pesquisa documental concentrou-se na análise de documentos oficiais do programa “A Caminho do Trabalho” no município de São Gonçalo do Amarante, incluindo relatórios de atividades, dados de beneficiários e informações sobre rotas e empresas atendidas nos anos de 2023 e 2024. Esses documentos forneceram informações quantitativas e qualitativas necessárias à análise crítica do impacto socioeconômico do programa, permitindo compreender sua estrutura operacional, seu alcance e os resultados obtidos no contexto municipal.

3.2 São Gonçalo do Amarante, o *lócus* da pesquisa

São Gonçalo do Amarante é um município localizado no estado do Ceará, na Região Nordeste do Brasil. Integra a Região Metropolitana de Fortaleza, capital do estado, e destaca-se por sua história, cultura e pelo crescimento econômico registrado nos últimos anos, especialmente em razão do desenvolvimento de sua infraestrutura e da proximidade com a capital (IBGE, 2022).

O município situa-se ao norte de Fortaleza e próximo a importantes vias de transporte, incluindo o acesso direto ao Aeroporto Internacional de Fortaleza, fator que facilita a mobilidade e favorece o desenvolvimento econômico. Sua história remonta ao período colonial, quando se caracterizava pela intensa atividade agrícola, com destaque para o cultivo de cana-de-açúcar e a pecuária. Com o passar dos anos, a cidade passou por um processo de urbanização e expansão, impulsionado pelo crescimento do comércio e da indústria (Ponte, 2022).

Nos últimos anos, São Gonçalo do Amarante experimentou acelerado crescimento econômico. O município tem se beneficiado da expansão industrial e comercial, além da implantação de novos empreendimentos (Ponte, 2022). A proximidade com o Aeroporto Internacional Pinto Martins desempenha papel relevante nesse processo, contribuindo para o fortalecimento do comércio e do turismo.

O município também tem recebido investimentos significativos em infraestrutura, como a construção de rodovias, centros comerciais e melhorias no saneamento básico, fatores que têm atraído novas empresas para a região. Os investimentos abrangem, ainda, a melhoria da infraestrutura urbana e rural, com destaque para ações nas áreas de saneamento básico, educação e saúde. Esse crescimento exige que as políticas públicas acompanhem a expansão, a fim de garantir qualidade de vida à população.

São Gonçalo do Amarante apresenta potencial de crescimento, tanto em termos econômicos quanto de infraestrutura. Sua proximidade com Fortaleza e com grandes projetos industriais, como o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, torna o município ponto estratégico no desenvolvimento do estado do Ceará. Ao mesmo tempo, a região busca manter sua identidade cultural e promover melhores condições de vida para sua população (Ponte, 2022).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo realizou análise criteriosa das informações relativas às empresas e à quantidade de trabalhadores beneficiados pela ação do programa. O levantamento foi realizado a partir dos dados obtidos ao longo da pesquisa. Com base nas informações documentais referentes ao programa “A Caminho do Trabalho”, realizou-se mapeamento sobre seu funcionamento, sua estrutura operacional e os resultados alcançados nos anos de 2023 e 2024.

4.1 O programa "A Caminho do Trabalho"

O programa "A Caminho do Trabalho" mostrou-se um marco para o desenvolvimento socioeconômico de São Gonçalo do Amarante. Ao conectar trabalhadores a oportunidades de emprego e promover a mobilidade urbana, gerou impactos significativos na economia local. No município, o programa buscou enfrentar o desemprego estrutural e a limitação de acesso a oportunidades educacionais e de trabalho, afetando principalmente jovens e adultos de famílias de baixa renda.

O programa foi criado com o objetivo de promover a inclusão social e profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade, com foco na qualificação, na inserção no mercado de trabalho e no desenvolvimento de habilidades. Desempenhou papel fundamental na ampliação da inclusão social e da qualificação profissional no município. Contudo, a análise crítica revelou que sua implementação necessita ser revisada para ampliar a efetividade, especialmente no que diz respeito ao acompanhamento pós-programa e à integração com o mercado de trabalho local.

Entre os desafios enfrentados destacam-se o aumento da demanda, a complexidade na organização das linhas de transporte para atender a diferentes empresas, as variações no número de beneficiários conforme a instituição empregadora e a dependência do programa em relação à demanda empresarial. Ainda assim, a iniciativa conseguiu proporcionar benefícios sustentáveis para a comunidade, contribuindo para a redução das desigualdades socioeconômicas no município e para a melhoria das condições de vida de seus participantes.

As empresas participantes do programa A Caminho do Trabalho foram: Aeris Energy; MSE Engenharia; ATK Construções & Services; Robinson Crusóé; SEMUBR (Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo) e Estágios.

A Tabela 1, disponível abaixo, sintetiza dados dos beneficiados pelo programa e das empresas participantes durante o ano de 2023.

Tabela 1: Tabela de distribuição dos benefícios ofertados pelas empresas em 2023

Empresa	Nº de beneficiários
AERIS	250
MSE	45
ATK	0
MGO	0
ROBINSON CRUSÓÉ	0

SEMURB	0
Estágio	0
Total	295

Fonte: elaborada pelo autor (2025).

Conforme a Tabela 1 informa, a partir dos dados obtidos por meio da análise documental, o programa beneficiou aproximadamente 295 pessoas ao longo de 2023, com variações mensais decorrentes do fluxo de operação das empresas parceiras. A Tabela 1 também apresenta a distribuição dos beneficiários por empresa durante o referido ano, com a empresa AERIS sendo responsável pelo maior número de pessoas alcançadas pela parceria com a prefeitura.

Já a Tabela 2, que o leitor pode verificar a seguir, apresenta os dados do programa no que concerne ao ano de 2024.

Tabela 2: Tabela de distribuição dos benefícios ofertados pelas empresas

Empresa	Nº de beneficiários
AERIS	120
MSE	0
ATK	210
MGO	40
ROBINSON CRUSOÉ	75
SEMURB	40
Estágio	23
Total	508

Fonte: elaborada pelo autor (2025).

Conforme se vê na Tabela 2, em 2024 o programa atendeu a um total de 508 pessoas ao longo do ano, também com variações decorrentes da operação das empresas. Nota-se que o número de pessoas beneficiadas dobrou, o que revela maior abrangência do programa “A Caminho do Trabalho”.

No que se refere ao itinerário percorrido pelas empresas participantes do programa, a Tabela 3, localizada abaixo, revela alguns dados:

Tabela 3: Atendimento de Itinerários das empresas Aeris e MSE atendidas pelo programa no ano de 2023. A Tabela mostra a quantidade de turnos, rotas e transportes e o itinerário da origem dos mesmos e do destino de cada rota.

Nº de turnos	Nº de rotas	Nº de ônibus	Itinerário Origem/Destino	Empresa
2	4	1	Croatá, Violete, Umarituba, Aeris	AERIS
2	2	2	Areninha do Cágado, Serrote, Várzea Redonda, Nova Vista, Aeris	AERIS
4	4	1	Pecém, Parada, Bolso, Acende Candeia – Sede	MSE

Fonte: elaborada pelo autor (2025).

Conforme mostra a Tabela 3, no ano de 2023, o programa atendeu a duas empresas, cujos itinerários foram apresentados acima.

A Tabela 4, que segue a seguir, detalha as rotas e empresas atendidas pelo programa. Ela também apresenta a quantidade de turnos, rotas e ônibus disponíveis e que atendem às localidades, mostrando itinerário e empresa.

Tabela 4 – Rotas e empresas atendidas pelo programa de estágio

Nº de turnos	Nº de rotas	Nº de ônibus	Itinerário Origem/Destino	Empresa
2	4	1	Croatá, Violete, Umarituba, Aeris	AERIS
2	2	2	Areninha do cágado, Serrote, Várzea redonda, Nova vista, Aeris	AERIS
1	1	1	Linha saindo de Croatá, passando por Violete, Russinha, Umarituba, até o Parque Solar	ATK
1	1	1	Linha saindo de Pecém, passando por Colônia de Férias, Paul, Parada até o Parque Solar	ATK
1	1	1	Linha saindo de Taíba, passando por Tabuba, Guaribas, Siupé até o Parque Solar	ATK
1	1	1	Linha saindo de Cágado, passando por Salgado dos Moreiras, Serrote, Várzea Redonda, até o Parque Solar	ATK
1	1	1	Linha saindo da sede do município (bairro Ômega), passando por diversos bairros, até o Parque Solar	ATK
1	1	1	Linha saindo da sede do município (bairro Ômega), passando por bairros adjacentes até a Cruso Foods	ROBINSON CRUSOÉ
1	1	1	Linha saindo de Croatá, passando por Violete, Russinha, Umarituba até a Cruso Foods	ROBINSON CRUSOÉ

Nº de turnos	Nº de rotas	Nº de ônibus	Itinerário Origem/Destino	Empresa
1	1	1	Linha saindo de Croatá, passando por Violete, Russinha, Umarituba, até o Parque Solar	MGO
1	1	1	Linha saindo da escola Walter Ramos de Araújo até empresas como Mega Wind, Aeris, etc.	PROGRAMA DE ESTÁGIO
1	1	1	Linha saindo de Cágado, passando por Salgado dos Moreiras, Serrote, até o serviço programado pela SEMURB	SEMURB

Fonte: elaborada pelo autor (2025).

Em 2024, o programa atendeu a cinco empresas de forma direta, enquanto o programa de estágios contemplou sete empresas, conforme apresentado na análise dos documentos oficiais.

4.2 Análise do impacto socioeconômico

O programa “A Caminho do Trabalho” teve como objetivo principal promover a inclusão social e econômica dos cidadãos de São Gonçalo do Amarante, por meio do acesso facilitado ao mercado de trabalho. O impacto dessa iniciativa pôde ser analisado sob diversas perspectivas, considerando os benefícios e desafios que trouxe para os indivíduos e para a sociedade em geral, fundamentando-se nos princípios teóricos apresentados por Hillesheim e Garcia (2019) acerca da importância da avaliação sistemática de políticas públicas.

Segundo Hillesheim e Garcia (2019), esses princípios discutem a relação entre educação e trabalho no sistema capitalista. Os autores destacam que a formação profissional não é um processo neutro ou simples, mas integra os mecanismos que sustentam a reprodução da força de trabalho, funcionando como estratégia para favorecer a adaptação das pessoas às exigências de produtividade, flexibilidade e racionalidade econômica próprias do capitalismo. Desse modo, programas de qualificação e ações de inserção no mercado de trabalho tendem a enfatizar a eficiência e a empregabilidade do indivíduo.

O principal benefício do programa foi garantir que um número maior de trabalhadores tivesse acesso ao transporte necessário para chegar aos seus locais de trabalho. Em 2023, o programa beneficiou cerca de 295 pessoas; já em 2024, esse

número aumentou significativamente para 508 beneficiários. Esse crescimento demonstrou expansão das oportunidades de acesso ao emprego, contribuindo diretamente para a redução da taxa de desemprego na região.

O programa A Caminho do Trabalho facilitou a inclusão de populações vulneráveis e sem condições financeiras para arcar com os custos diários de transporte. Atendeu tanto grandes empresas, como Aeris e ATK, quanto empresas de menor porte e programas de estágios, promovendo a inclusão de diferentes grupos no mercado de trabalho. Essa ação fortaleceu a coesão social, conforme ressaltado por Yazbek (2021) em suas reflexões sobre políticas de inclusão.

O transporte gratuito e subsidiado contribuiu para a redução das desigualdades regionais ao conectar moradores de áreas mais afastadas, como Croatá, Violete e outros distritos, diretamente aos polos de emprego, como o Parque Solar e grandes empresas da região. Ao mitigar barreiras de mobilidade que excluía trabalhadores residentes em áreas remotas, o programa corrobora as análises de Pedroso e Gisi (2020) sobre a relevância da mobilidade para a inclusão social.

O aumento da mobilidade e da inserção de trabalhadores no mercado impulsionou o consumo e a demanda por serviços e produtos locais. O programa também gerou postos de trabalho indiretos, como motoristas, operadores de transporte e auxiliares de apoio, contribuindo para o crescimento da economia local, resultado alinhado aos achados de Vuala *et al.* (2023) sobre os impactos econômicos positivos de programas sociais.

Ao garantir o acesso ao trabalho, o programa contribuiu para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e de suas famílias. O aumento da renda familiar, decorrente da obtenção de empregos, foi determinante para reduzir a pobreza e melhorar o bem-estar social, conforme evidenciado nos estudos de Dutra (2021) sobre desenvolvimento social.

Embora o programa tenha proporcionado benefícios sociais relevantes, sua sustentabilidade financeira apresentou desafios, especialmente diante do aumento do número de beneficiários em 2024. Tornou-se necessário avaliar a capacidade de manter ou ampliar esse atendimento sem comprometer outras áreas prioritárias do orçamento municipal. Essa problemática é discutida por Tessarro, Querol e Almeida (2022) ao abordarem a gestão eficiente dos recursos públicos.

Os resultados apresentados enfatizam a importância das políticas públicas para o desenvolvimento social. Iniciativas como o programa “A Caminho do Trabalho”

exemplificam o papel do Estado na transformação de realidades, ampliando o acesso ao mercado de trabalho e promovendo melhores condições de vida para cidadãos em situação de vulnerabilidade.

5 CONCLUSÃO

A análise do impacto socioeconômico do programa *A Caminho do Trabalho* em São Gonçalo do Amarante demonstrou resultados significativos para o desenvolvimento local. Os objetivos da pesquisa foram atingidos por meio da avaliação sistemática dos dados documentais e da fundamentação teórica adequada, ao evidenciarem que o programa *A Caminho do Trabalho* conseguiu alcançar um número expressivo de trabalhadores, facilitando seu deslocamento até os locais de trabalho. Também ficou evidente que as empresas desempenharam papel importante na implementação do programa, o que contribuiu para o aumento exponencial do número de beneficiários.

Os resultados evidenciaram que o programa se mostrou uma ferramenta eficaz para promover a inclusão social e reduzir desigualdades regionais. O crescimento de 295 beneficiários, em 2023, para 508, em 2024, comprovou a expansão e aceitação da iniciativa pela comunidade local. Contudo, sua sustentabilidade financeira e a necessidade de integração com outras políticas públicas constituíram desafios que precisam ser enfrentados para garantir que o programa continue a produzir benefícios a longo prazo.

A continuidade do programa depende de uma análise criteriosa de seus custos e da capacidade do município de expandir parcerias e oportunidades de emprego, ao mesmo tempo em que assegura a disponibilidade, a qualidade e a eficiência do transporte. A integração com programas de qualificação profissional e o desenvolvimento de mecanismos de monitoramento contínuo emergem como recomendações fundamentais para potencializar os impactos positivos identificados.

REFERÊNCIAS

DUTRA, A. S. **Gestão de desastres e serviço social**: o trabalho de assistentes sociais junto aos órgãos municipais de proteção e defesa civil. Curitiba: Appris, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HILLESHEIM, J.; GARCIA, A.V. Educação e trabalho no Brasil: a perspectiva defendida pelo capital para a formação dos trabalhadores. **Revista Katálysis**, [s. l.], v. 22, p. 491-501, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **São Gonçalo do Amarante – CE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 23 nov. 2025.

LUBENOW, J. A. Globalização econômica, desmonte do estado social e déficit político transnacional: uma análise crítica a partir de Jürgen Habermas. **Trans/Form/Ação**, [s. l.], v. 43, n. 2, p. 0099-0126, 2020.

PEDROSO, P. R.; GISI, M. L. A pandemia Covid-19 e os impactos na juventude: educação e trabalho. **Revista Práxis**, [s. l.], v. 12, n. 1, dez. 2020. Suplemento.

PONTE, A. G. R. **Impactos econômicos do complexo industrial e portuário do Pecém - CIPP**. 2022. 55f. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade - FEAAC, Programa de Economia Profissional - PEP, Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza (CE), 2022.

SANTOS, A. C. P.; PEREIRA, I.; DINIZ, A.P. A relevância da intervenção sindical e da negociação coletiva em tempos de Covid-19: uma análise crítica das Medidas Provisórias 927 e 936/2020 sob a ótica dos julgamentos do STF. In: **Covid-19 e o Direito na Bahia**. Salvador: Direito Levado a Sério, 2020. p. 123-149.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SULAIMAN, S. N.; MOURA, R. B.; NOGUEIRA, F. R. Da geotecnia para a gestão participativa: uma análise crítica de projetos de extensão universitária com foco na redução de risco de desastre. **Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [s. l.], v. 14, p.

TESSARRO, M. T. V.; QUEROL, M.A.P; ALMEIDA, I. M. Desafios da reabilitação profissional desenvolvida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS): uma perspectiva histórico-cultural. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, [s. l.], v. 47, p. e12, 2022.

VILHENA, J. M. **Modelo de integração das questões sociais no desenvolvimento de megaprojetos no setor de mineração**: um caminho para a construção da licença social para operar. 2019. Dissertação (Mestrado) – Escola de

Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/d893b346-6bc4-4e62-9a7b-3700696da7f0/content>. Acesso em: 23 nov. 2025.

VUALA, E. A. *et al.* Automatização e seu impacto no mercado de trabalho. **Revista Científica Multidisciplinar**, [s. l.], v. 1, n. 2, 2023.

YAZBEK, M. C. Expressões da questão social brasileira em tempos de devastação do trabalho. **Temporalis**, [s. l.], v. 21, n. 42, p. 16-30, 2021.